

*Discurso na sessão de abertura da XLIII
Reunião da Assembléia de Governadores
do BID e da XVII Reunião da Assembléia de
Governadores da Corporação Interamericana
de Investimentos*

FORTALEZA, CE, 11 DE MARÇO DE 2002

Meus caros Presidentes de países amigos, de regiões amigas; caros amigos do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza; meu caro Enrique Iglesias, como disse ontem, nosso “Imperador”; Senhores Embaixadores; Senhores Ministros de Planejamento; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores, tão numerosos, de vários Estados do Brasil; Parlamentares; Senhoras e Senhores,

Quero reiterar que é, realmente, com grande satisfação que o Brasil acolhe os Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, nesta Assembléia Anual, assim como todos aqueles aqui presentes, que trabalham para que esta reunião funcione de uma maneira adequada. E estendo os meus agradecimentos àqueles que organizaram, com meses de antecedência, o trabalho. Muito especialmente ao Governo do Ceará, à Prefeitura de Fortaleza e a todos os funcionários que trabalharam dedicadamente, assim como o fizeram os funcionários do BID.

É, realmente, uma excelente oportunidade de vermos, neste pedaço do Brasil que é, para todos nós, brasileiros, um pedaço que nos orgulha. Ele nos orgulha por sua gente, por sua beleza e porque demonstra,

também, que, apesar de muitas dificuldades, mesmo nas regiões mais pobres, há condição de que haja, como há aqui, alguém capaz de liderar – como é o caso do Governador Tasso Jereissati. É possível, mesmo nas regiões mais difíceis, um país já por si difícil, como o Brasil, avançar, e avançar no social e consolidar o que se viu tanto: o rosto humano do processo de transformação.

Há uma outra razão especial para nós, brasileiros, de estarmos contentes por esta reunião do BID aqui, no Ceará. O Ceará é um Estado alcançado por uma organização que, na sua época, marcou muito para todos nós, que é a Sudene. A Sudene foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que foi inspirada e criada por um grande brasileiro: Celso Furtado.

Foi com a mesma preocupação que, hoje, move a todos nós, de fazer com que o desenvolvimento não fosse apenas a acumulação de riqueza, mas fosse a transformação da sociedade, que a Sudene foi criada.

E o BID, na verdade, teve, também, essa inspiração e tem contribuído muito – é justo dizer – para atender às expectativas de progresso da região nordestina do Brasil, que é a mais carente, que mais necessita de um impulso grande. É, portanto, mais do que oportuno que o BID se reúna hoje, aqui, no Ceará.

Quero, também, ressaltar e agradecer o papel de um outro cearense, que é o Ministro Martus Tavares, que abraçou, com tanto entusiasmo, o trabalho de preparação desta Assembléia e que já demonstrou a sua competência e a sua perseverança.

Todos sabemos que o BID sempre defendeu uma visão integrada do processo de desenvolvimento – na dimensão social, política, cultural, e não apenas econômica. E que acrescenta a essas dimensões – e o Doutor Iglesias, aqui, na sua exposição, mostrou, mais uma vez, a competência que lhe é peculiar – a dimensão de respeito ao meio ambiente e, sobretudo, o fundamento moral, sem o qual as instituições não conseguem se renovar de forma permanente. Essa tem sido a preocupação do BID.

E se essa visão se impunha antes, talvez agora, com mais força, não apenas numa região, não apenas a Sudene cuidando do Ceará, o BID cuidando da América Latina, depois dos ataques terroristas de setem-

bro último, é preciso que estendamos um olhar diferente ao mundo e não nos limitemos a discutir os caminhos convencionais.

Tenho falado sempre da existência de um “déficit de governança” no plano mundial. E, para corrigi-lo, o caminho a percorrer é o da democratização dos processos decisórios e o da busca do que eu chamo de “globalização solidária”, porque pode ter qualificativos os mais variados: com rosto humano, disse o Presidente Alejandro Toledo; com o fundamento ético. Não importa. O que importa é que nós todos percebemos que é preciso uma luta para que as oportunidades de desenvolvimento possam estender-se a todos os povos, e de maneira equilibrada e sustentável.

Essa tem sido a minha preocupação constante. Quero recordar que a primeira vez que fui eleito Presidente da República – e já faz tanto tempo que nem me preocupo mais com os vai-e-vens da popularidade, e tenho certeza de que ela volta, porque é um processo mais ou menos permanente dos ziguezagues da vida política – pude me dirigir a uma assembléia internacional. Foi no Chile, foi na Cepal. E, lá, meu primeiro discurso foi exatamente sobre esse tema, que é tema da necessidade de um outro tipo de desenvolvimento, o que hoje se chama de outra “arquitetura financeira internacional”, e de uma outra visão da globalidade.

Até pedi – e o Doutor Ocampo aqui está – que a Cepal se dedicasse à redefinição, a partir do nosso ângulo latino-americano, do que poderia vir a ser essa reconstrução da ordem mundial, sempre embasada nesse sentimento ético, de mais justiça, sempre consciente de que não se avança se não houver uma democratização dos processos decisórios em todos os níveis, inclusive, portanto, no nível internacional.

Sei que os objetivos de paz e de segurança, que devem inspirar os esforços da comunidade internacional no combate ao terrorismo são fundamentais. Mas não podemos deixar à margem as tarefas inadiáveis do desenvolvimento social e econômico.

Devo dizer que vejo com certa preocupação que a agenda internacional esteja se concentrando quase só na questão da segurança, que é decisiva, é importantíssima, mas não excludente e não esgota os anseios dos povos.

Sei, também, que em Doha, no Qatar, deu-se um passo importante. Lá se definiu um rumo. E será fundamental, agora, que as negociações comerciais se pautem pelo equilíbrio de vantagens, para que possam criar uma dinâmica de crescimento da economia mundial, e que se possam, se não eliminar – que é um objetivo demasiado ambicioso –, ao menos reduzir as assimetrias do atual processo de globalização.

Essa é a expectativa geral de todos os povos em desenvolvimento e de todos os seres conscientes, que estejam vivendo em países em desenvolvimento ou em países já desenvolvidos: é preciso reduzir essa assimetria. Mas, vamos falar com franqueza. O caminho que leva ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio, certamente, não é o caminho do protecionismo, não é o caminho das barreiras tarifárias e não-tarifárias que impedem o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais dinâmicos. E não é, por certo, o caminho do *anti-dumping*, usado discricionariamente, ou dos subsídios agrícolas, usados numa proporção escandalosa, para impedir a concorrência mais livre.

Ao contrário, o rumo sinalizado em Doha só poderá ter êxito e conduzir efetivamente a uma “Rodada do Desenvolvimento” se houver a necessária vontade política para eliminar esses obstáculos que mantêm o protecionismo. As negociações em curso para a formação de uma área de livre comércio das Américas representam, na verdade, um grande desafio aos nossos países.

Já afirmei em diversas ocasiões, inclusive em Quebec, diante de todos os presidentes do hemisfério, que para que a ALCA se torne realidade, ela terá de representar o resultado de negociações que levem a um acordo equilibrado, com ganhos para todos.

Não se pode imaginar um acordo em que determinados países busquem a abertura de outros mercados, ao mesmo tempo em que fechem ainda mais os seus, como resultado de pressões internas puramente protecionistas.

Devo dizer, com franqueza e com a responsabilidade de quem presidente já há algum tempo – esse é o meu oitavo ano de governo – um país que, para não ser tão otimista como Enrique Iglesias, é uma das dez

maiores economias do mundo. Não sei é a oitava, mas é uma das dez maiores. Mas devo dizer, com toda a responsabilidade que, nesse sentido, são muito preocupantes os sinais mais recentes que os Estados Unidos vêm dando, de que não estão dispostos a abrir-se à concorrência em setores de interesse de outros países.

As salvaguardas ao aço, que afetarão parte das exportações brasileiras para os Estados Unidos, embora tenhamos conseguido algumas diminuições de restrições, o aumento dos subsídios agrícolas e as limitações dos negociadores norte-americanos no projeto do *fast track* estão na contramão dos esforços de criação de uma verdadeira ALCA.

E ao mencionar as restrições ao aço, eu estou repetindo apenas o que ouvi do Presidente do FED, Alan Greenspan, que fez uma crítica direta e clara, dizendo exatamente o que acabo de dizer: que é necessário que se esteja coerente que protecionismo e livre comércio colidem um com o outro. Quando se quer o livre comércio, se reduz o protecionismo, e não se pode pedir que países em desenvolvimento abram seus mercados e, ao mesmo tempo, restringir o acesso desses países aos mercados dos países ricos.

Nós todos sabemos que a reciprocidade na liberalização do comércio é o complemento indispensável ao esforço que os países latino-americanos estão realizando para se inserirem na economia global. Esforço já descrito pelo Dr. Iglesias e pelos Presidentes que me antecederam em suas exposições.

O comércio e os investimentos internacionais são as verdadeiras alavancas desse processo. E assim como o protecionismo comercial, a instabilidade financeira prejudica a todos – nós todos já sentimos isso na nossa pele –, golpeia particularmente os países em desenvolvimento.

Nós temos sabido responder aos desafios colocados pelas turbulências do sistema financeiro internacional. Devo dizer aqui que a atuação do BID tem sido muito importante nesse sentido, como foi em 1998, quando participou do programa de apoio ao Brasil, no contexto de dificuldades que levaram, no início de 1999, à mudança do regime cambial aqui no país.

Repito, apenas, porque é de meu dever, mas todos já disseram: a volatilidade dos fluxos internacionais de capital deve ser controlada com políticas e instrumentos – como disse o Presidente do Peru – mais criativos, a fim de garantir mais previsibilidade; se é que é possível, ao sistema financeiro, cujas crises freqüentes tornam mais difíceis os esforços em países em desenvolvimento, no sentido da sustentabilidade do seu crescimento.

A conferência que teremos agora, em Monterrey, talvez se constitua numa boa possibilidade. Digo talvez porque quero ver o que vai acontecer. Gostaria de ver resultados mais concretos. Já nem me vou referir àquilo que me refiro com certa freqüência, até mesmo para provocar a irritação, que é a Taxa Tobin. Sei das limitações. Mas simplesmente para dizer que algo deve ser feito, algo pode ser feito. Não me vou referir nem sequer a uma ambição de algo assim tão genérico e que tem muitos problemas, como nós sabemos. Mas há medidas mais concretas. Por que não aumentarmos os direitos especiais de saque, no Fundo Monetário Internacional, para que ele tenha mais capacidade efetiva de se contrapor, e logo, aos momentos de crise?

Por que não contabilizarmos as nossas dívidas do mesmo modo que a Europa faz? Por que contabilizar no ponto zero, enfim, dar um empréstimo, aumentando o endividamento do país e diminuindo a sua capacidade de buscar novos financiamentos, ao invés de diluir, no decorrer do tempo, à medida que os recursos efetivamente entram no país?

Por que congelar a nossa possibilidade de financiar o desenvolvimento, por meio de manobras meramente contábeis, se não é assim que se faz na Europa? Qual é a razão? Já apelamos ao Fundo Monetário algumas vezes para pedir esclarecimentos. Por que fazem isso? Até hoje, as respostas que deram foram como se alguns de nós fôssemos analfabetos. Não somos. O Presidente do Peru, pelo menos é economista, sabe ler. Eu não sou. Sou sociólogo.

Tenho a dura tarefa de, não sendo economista, estabilizar a economia no Brasil, coisa que conseguimos com a ajuda, é verdade, imensa, do povo brasileiro e de economistas competentes. Não nos enganem, portanto. Dêem-nos as razões e teremos a racionalidade suficiente para

dizer que estamos de acordo. Mas sem que nos dêem razões, vamos insistir, Dr. Iglesias, no nosso encontro em Monterrey, que são coisas simples. Não se trata de reformular toda a ordem universal. Deixamos essa tarefa para quem criou o Universo. Mas, pelo menos, contribuamos um pouco para melhorar as condições que nos estão sufocando.

A existência de condições favoráveis, no plano internacional, é absolutamente indispensável para que os países possam encontrar o apoio para a superação de suas crises. Temos, agora, um caso que ilustra isso de uma maneira, eu diria, chocante, que é o caso da Argentina. Entendo, e até já expressei isso, em público e privadamente que, num primeiro momento, antes que a Argentina desse sinais mais claros de que tinha encontrado um caminho, que as instituições financeiras internacionais se mostrassem céticas.

Mas vê-se, agora, nas últimas semanas, um empenho enorme do governo e do povo daquele país, para buscar um caminho. É claro que não se pode exigir, em certas circunstâncias, mais do que uma resposta que seja uma mentira. E se se exigir mais, sem que haja condições para esse mais, e se for indispensável para o país, que carta de entendimento haverá entre esse país e o Fundo Monetário, se não uma carta falsa?

A grande mudança que nós fizemos, no Brasil, foi, precisamente, do que seja chama ampliar a sinceridade, a transparência, mostrar as contas. No passado, quantas negociações foram feitas baseadas numa espécie de mentira? Mentira consentida, porque a outra parte, a parte poderosa, sabia que não se ia cumprir. Mas a situação era de tal gravidade que se fazia de conta. Ora, a Argentina não quer fazer de conta, ela está dizendo – e agora depois de alguns esforços feitos: “Eu já fiz algo, me ajuda a dar outro passo.” A prova concreta de que estamos mudando, realmente, em benefício de uma compreensão dinâmica do desenvolvimento na América Latina, a prova concreta disso, nós vamos ver agora, num apoio efetivo à Argentina, sob a condição de que ela efetivamente caminhe no sentido que foi assinalado. Devemos solidariedade a nós próprios, ao prestarmos apoio à Argentina.

Não tenho dúvida, porque sei dos esforços ingentes do Presidente do BID nessa direção. Tenho certeza de que ele tem a capacidade, e está

demonstrando mais uma vez, de coordenar as ações de resgate da economia argentina. Não do resgate interno, que disso se ocupam os argentinos – já se estão ocupando –, mas no que diz respeito à situação internacional.

Meus amigos, minhas amigas. Sei que o BID é, também, o Banco da Integração. Ele tem uma atuação significativa no apoio técnico às negociações da ALCA, na assistência aos processos sub-regionais, como o Mercosul, como a Comunidade Andina, e desempenha um papel inestimável na coordenação dos esforços de integração da infra-estrutura regional na América do Sul, em cumprimento às decisões que nós tomamos na primeira reunião de Presidentes da América do Sul, que nós realizamos em Brasília, em setembro do ano 2000.

Pois bem, a Segunda Cúpula Presidencial Sul-Americana vai realizar-se, agora, em Guayaquil, no Equador. E, por casualidade, Guayaquil é a cidade do Presidente Gustavo Noboa. Vamos estar lá, em julho próximo. Vamos avaliar aí os avanços na montagem dessa rede, que é vital, de interconexões na infra-estrutura do subcontinente. Infra-estrutura energética, que é fundamental, em petróleo, energia elétrica, gás, infra-estrutura de transportes fluviais, de transportes terrestres. A definição de códigos que sejam comuns, para a questão das telecomunicações. Enfim, um conjunto muito importante de medidas que são fundamentais para a efetiva integração da nossa região. Tenho certeza de que o BID, como banco da integração, vai nos prestar, como já está, essa colaboração. Mas, o BID é também um banco da paz. E a implementação de programas de cooperação, na região de fronteira entre Peru e o Equador, vem contando com sua contribuição.

Esta manhã nós nos reunimos – e é com grande satisfação que digo isso – com o Presidente Alejandro Toledo e Gustavo Noboa, que estão aqui presentes, para discutir precisamente como acelerar a nossa função, depois de terem, os dois países, logrado esse importante passo, que foi a paz, depois de décadas de luta armada com mortes. E o Brasil se orgulha de ter podido ajudar nesse processo, junto com os Estados Unidos. Depois disso, é natural que nós, agora, estejamos, também, preocupados em implementar as condições para que as populações

fronteiriças, que hoje vivem em paz, não tenham a sensação de que a paz foi boa, porque morre menos gente na guerra. Mas, quem sabe continue morrendo tanta gente em más de condições de nutrição, de fome, de subemprego do que seria possível se nós nos organizássemos, como vamos nos organizar, para trabalhar nesse problema. E o BID vai estar presente aí.

Sei que o BID encampou as lutas pela inclusão social e pela exploração sustentável dos recursos naturais de todos os nossos países. Isso reflete a qualidade de seu trabalho, mas reflete também o sentimento predominante na nossa região, que é o sentimento de justiça social, de preservação do meio ambiente porque sem isso, como já todos dissemos, não haverá propriamente desenvolvimento. E essa é, sem sombra de dúvidas, a visão que o Governo brasileiro, e mais que o Governo, a visão que a sociedade brasileira tem dessa matéria. Os resultados corroboram essa visão, porque revelam o mais elevado sentido humano e ético que está presente no esforço de desenvolvimento da nossa região. Porque, no final das contas, a avaliação do êxito ou do fracasso de nossas iniciativas não se dará apenas pelos indicadores econômicos, mas pela resposta a uma pergunta muito simples e direta: está realmente melhorando a qualidade de vida do povo? Essa é a questão central.

Um escritor brasileiro, Oswald de Andrade, disse uma frase simples, mas que é verdadeira: “a alegria é prova dos nove”. Quando não se tem um povo com alegria, não se tem, realmente, o teste sobre se houve ou não houve um avanço sustentável. E a alegria pode vir quando vemos mais crianças nas escolas – e em melhores escolas –, quando vemos reduções sensíveis da mortalidade infantil. Quando vemos os mais vulneráveis sendo amparados por uma rede de solidariedade social, quando vemos o trabalhador encontrar emprego, os mais pobres melhorarem a renda, o poder aquisitivo real, sem estarem submetidos à espoliação inflacionária.

Nós fizemos bastante no Brasil. Não vou dar dados. Mas tudo que se faça é pouco, diante do que se tem ainda por fazer. Criamos uma rede de proteção social. No ano passado – gosto de dar esse exemplo, porque alguns reclamam a carga tributária, até com razão – nós distribuimos

mais recursos diretos às populações carentes do que recolhemos de Imposto de Renda das pessoas físicas e das empresas. Da parte do Imposto de Renda das pessoas físicas e das empresas que fica com o Governo Federal, são mais ou menos 10 bilhões de dólares. Esses 10 bilhões de dólares, já o disse o nosso Ministro Martus Tavares, foram distribuídos de forma direta às populações mais pobres. Quando digo de forma direta, é direta mesmo. Quer dizer, há um programa de erradicação do trabalho infantil, para cada criança que deixa de trabalhar, a família recebe um subsídio. Quando a família não tem uma certa renda e a criança está na escola, a família recebe pelo programa Bolsa-Escola, e são 11 milhões de crianças até o fim deste ano, porque nós temos 35 milhões de crianças nas nossas escolas. Portanto, uma terceira parte, quase, o setor mais pobre, recebe um auxílio. E assim há vários programas: o Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação para as mães que não têm recursos durante a gestação e no primeiro ano de vida da criança. Somando esses recursos todos, temos 10 milhões de pessoas.

Como se distribui isso? Muito simples, é um cartão magnético, que é dado, de preferência, à mãe, a chefe da família. Mas não havendo a possibilidade de dar à mãe, ao irmão mais velho, ao pai, ao que seja, mas de preferência à mulher, e recebe diretamente numa agência da Caixa Econômica, num posto de Correios e Telégrafos, sem qualquer intermediação política, sem vereador, sem deputado, sem governador, sem Presidente da República, sem nada. Vai lá porque é direito. Direito a poder ter uma vida um pouco melhor.

Então, para isso é que se faz a redistribuição de tudo que se recolhe do Imposto de Renda da pessoa física e da pessoa jurídica. É claro que a caixa do Tesouro é uma caixa comum.

Portanto, eu acredito que é isso, esse sentimento de que é preciso que haja, como disse o Presidente do BID, uma rede de proteção social. Ao mesmo tempo em que se faz o desenvolvimento, se faz em políticas sociais que universalizem o acesso à educação, à saúde. A educação, como foi dito pelo Presidente Noboa, com tanta razão, insistindo no *gap* digital. Não vou contar e temos um programa também para isso, mas posso lhes dizer que, neste momento, nós temos, no Brasil, 97%

das nossas crianças de 6 a 14 anos nas escolas. Noventa e sete por cento, um pouco mais. Isso chega – sempre há uma perda – ao nível dos países que tem a maior taxa de escolaridade do mundo: 97%. E, se me permitem dizer, e não tenho alegria maior, para alguém como eu, que foi, a vida inteira, professor, e de uma família cuja mulher, filha, genro, tudo professor, posso lhes dizer que agora dá para afirmar, sem demagogia, que o analfabetismo está morto no Brasil. Em questão de poucos anos – 10 a 15 anos, este país não terá mais analfabetos. Quando eu nasci, havia 70% de analfabetos.

Não há dúvida de que, a despeito de tudo, a despeito das críticas e autocríticas que já fizemos e poderemos fazê-las infinitamente, a despeito dos obstáculos, a despeito das assimetrias, a despeito de que ainda o sentimento do que deva ser, realmente, um mundo mais compartilhado, um mundo mais equânime, ainda não tenha sido forte o suficiente, a despeito de tudo isso, nós podemos continuar avançando com aquele entusiasmo, aquela confiança que o Presidente Enrique Iglesias acabou de demonstrar aqui. E temos feito alguma coisa. Os senhores e as senhoras têm feito. Mas, mais do que nós, os nossos povos têm tido paciência, têm nos julgado, às vezes mais favoravelmente, às vezes mais negativamente, têm mudado de governos, mas tem mantido a chama.

Essa chama se mantém, e se mantém com mais força, quando o vento da liberdade sopra. No nosso continente, a despeito de tudo, o vento da liberdade sopra forte. Soprando o vento da liberdade, havendo um povo disposto, havendo capacidade técnica – e aqui o BID representa essa capacidade – e havendo a convicção ética de que dá para fazer se houver seriedade e competência, não tenho dúvida: vamos ter muitas outras assembléias do BID e, em cada uma delas, vamos poder medir os passos dados, e serão passos, sempre, para o progresso e para o bem-estar de todos os nossos concidadãos.

Muito obrigado.